

**BRASIS DO BRASIL: DESIGUALDADES REGIONAIS NO ENSINO
E PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS***

*Clóvis Cavalcanti ***

RESUMO: A partir do exame da distribuição de recursos humanos e financeiros para a pós-graduação em ciências sociais no Brasil, pode-se ter uma medida da forma diferenciada com que são contempladas nesse panorama as diversas macro-unidades territoriais do País: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O artigo, usando dados da Fundação IBGE, do CNPq e da CAPES, revela que o Brasil é um país de contrastes e desníveis. De fato, tomando-se como termo de confronto a base demográfica, verifica-se que no Norte e no Nordeste há, relativamente, menos cursos de mestrado e doutorado, menos alunos matriculados na pós-graduação, menos professores e pesquisadores em mestrados e doutorados e menos docentes em geral. Enquanto isso, no Sudeste ocorre o inverso, equilibrando-se o quadro no Sul e Centro-Oeste. Quanto à repartição de recursos de financiamento, igualmente sobressai o Sudeste como região relativamente privilegiada. O Norte situa-se em posição relativamente desprotegida. Neste particular, o Sul fica atrás apenas do Sudeste; o Nordeste e o Centro-Oeste se equívalem na terceira posição.

* Trabalho originalmente apresentado em mesa redonda da 36.^a Reunião Anual da SBPC, promovida pela ANPOCS, São Paulo, SP, 6 de julho de 1984.

** Do Instituto de Pesquisas Sociais, da Fundação Joaquim Nabuco.

1. INTRODUÇÃO

Uma análise da distribuição de recursos para o ensino e a pesquisa em pós-graduação na área de ciências sociais no Brasil é um bom exercício da forma como, no país, são tratadas suas diversas regiões. Os padrões observados nesse contexto dão margem a diversas conclusões, levando a que se reflita sobre práticas que tendem a acentuar as disparidades regionais no Brasil. Na verdade, desenhar a forma como os recursos para ensino e pesquisa se distribuem no País é tarefa que, por si só, demandaria extensa investigação. Os dados disponíveis sobre o assunto não estão concentrados em determinada fonte. Ao contrário, encontram-se dispersos em instituições que comandam o sistema da pós-graduação no Brasil — a exemplo da CAPES e do CNPq — e sua guarda se faz sob diferentes sistemáticas e classificações, impedindo a fluidez do trabalho do estudioso do assunto.

A questão da alocação de recursos em termos regionais, por exemplo, não recebe tratamento uniforme nas diversas fontes. Basta ver, a esse propósito, a forma como na atividade chamada de “avaliação e perspectivas”, no âmbito do CNPq, inexistente um modelo homogêneo de exame, por áreas do conhecimento, da distribuição de recursos por regiões brasileiras.¹ Na verdade, nos volumes resultantes desse processo sequer faz-se alusão ao tema da apropriação global de recursos, muito menos refletindo-se ali sobre a importante consideração da distribuição de recursos por regiões. Por outro lado, uma regionalização da análise do uso de recursos implica levantar mais do que os dados formalmente divididos por regiões. Necessita-se, também, de conhecer a natureza dos dispêndios, os ritmos de liberação de fundos, os exercícios de corte de verba etc.

Ora, a essência da política de ensino e pesquisa em pós-graduação consubstancia-se na repartição de recursos — por áreas e subáreas do conhecimento, por instituições, por regiões. Nos documentos de “avaliação e perspectivas” do CNPq, muito embora esteja enfatizada na “apresentação geral” a questão do financiamento como um dos “problemas que afetam o processo de produção científica no Brasil”,² nos capítulos correspondentes a cada

¹ CNPq. *Avaliação & perspectivas*. Brasília, Coordenação Editorial, 1983. v. 7, 8.

² *Idem*, v. 8:6.

disciplina do saber, nada se diz relativamente à distribuição e ao emprego de recursos financeiros. Fala-se aí, tão-só, de docentes e pesquisadores, de alunos e teses, de áreas de concentração e publicações. Dessa forma, através das fontes disponíveis torna-se árduo esquadriñar e traçar o perfil exato da situação dos recursos aplicados pelo arcabouço da política de ensino e pesquisa para a pós-graduação em ciências sociais no Brasil. Não obstante, alguns indicadores existem que podem fornecer ordens de magnitude, orientações gerais, tendências da alocação de recursos em bases regionais. É com arrimo nesses indicadores que se desenvolvem os comentários das duas seções deste *paper*. A primeira delas trata de comparar dados do padrão regional da distribuição de população, renda e efetivos ligados ao ensino superior em ciências sociais no Brasil. E a segunda refere-se aos recursos convencionais de apoio à pós-graduação brasileira nas ciências sociais.³

2. POPULAÇÃO, RENDA E PÓS-GRADUAÇÃO POR REGIÃO NO BRASIL

País das desigualdades, o Brasil não esconde suas enormes diferenças interpessoais, intersetoriais, inter-regionais. Ao observador atento, tais diferenças surgem desde a primeira inspeção, levando a constatações do tipo “Brasil — país dos contrastes” ou “casa-grande e senzala” ou “dois Brasis”. É isso também o que se infere de um exame das Tabelas 1 a 5. Nessas tabelas é visível que as regiões Norte e Nordeste concentram muito mais população do que renda ou acesso ao ensino pós-graduado — e mesmo universitário em geral — de ciências sociais. De fato, como mostram as Tabelas 1 a 5, em relação ao País como um todo, o Norte possui, em termos porcentuais:

de população	4,9 (em 1980)
de renda	2,3 (1980)
de cursos de mestrado em ciências sociais.	0,7 (1981)
de cursos de doutorado <i>idem</i>	0,0 (1982)
de alunos de mestrado <i>idem</i>	0,2 (1981)
de docentes e pesquisadores de pós-graduação <i>idem</i>	2,5 (1980/81)
de docentes de graduação <i>idem</i>	3,0 (1982)

³ Resolveu-se adotar aqui a classificação do CNPq de ciências sociais e humanas (Antropologia, Arqueologia, Artes, Ciência Política, Direito, Filosofia, História, Letras, Linguística, Psicologia e Sociologia) e ciências sociais aplicadas (Administração, Ciência da Informação, Biblioteconomia, Comunicação, Demografia, Educação, Economia, Economia Agrícola, Geografia, Serviço Social e Urbanismo).

A situação do Nordeste, comparando com a do Brasil, pode ser assim visualizada (em percentagens):

população	29,4 (em 1980)
renda	13,9 (1980)
curios de mestrado em ciências sociais	21,5 (1981)
curios de doutorado idem	2,6 (1982)
alunos de mestrado idem	15,0 (1981)
alunos de doutorado idem	1,5 (1982)
docentes e pesquisadores de pós-graduação idem	18,4 (1980/81)
docentes de graduação idem	18,6 (1982)

O panorama do Sul e do Centro-Oeste, por sua vez, é o seguinte.⁴

	SUL	CENTRO-OESTE
população	15,9	6,3
renda		não-disponível
curios de mestrado em ciências sociais.	15,4	8,7
curios de doutorado idem	5,1	2,6
alunos de mestrado idem	12,0	3,9
alunos de doutorado idem	1,1	0,4
docentes e pesquisadores de pós-graduação idem	11,4	5,7
docentes de graduação idem	18,0	4,5

E o Sudeste, por fim, apresenta-se desta maneira:⁵

população	43,3
renda	n.d.
curios de mestrado em ciências sociais.	53,7
curios de doutorado idem	89,7
alunos de mestrado idem	68,9
alunos de doutorado idem	97,0
docentes e pesquisadores de pós-graduação idem	61,9
docentes de graduação idem	55,9

⁴ Números em porcentagens e nas mesmas datas de referência do Norte e do Nordeste.

⁵ *Idem*.

A informação anterior pode ser melhor sintetizada através dos indicadores listados na Tabela 6. Nesta tabela, em que cada casa representa o quociente entre a fração da região no todo nacional da variável indicada e a fração regional de população diante do Brasil como um todo, percebe-se claramente como é desigual a repartição brasileira, por regiões, dos cursos, alunos e docentes da pós-graduação em ciências sociais (o mesmo valendo para o professorado da graduação).

Há, na verdade, o Brasil do Norte e do Nordeste e o Brasil do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste — muito embora, no caso das duas últimas regiões, note-se também uma paisagem de inferioridade *vis-à-vis* do Sudeste. No entanto, ainda assim, a situação do Sul e do Centro-Oeste é tipicamente superior à do Norte e do Nordeste em termos das variáveis examinadas. A vantagem do Sudeste principia e epitoma-se na concentração de renda que aí se verifica. Malgrado não se disponha do percentual da renda nacional correspondente ao Sudeste, ao Sul e ao Centro-Oeste (a cifra da Tabela 1 é uma só, englobando as três regiões), é sabido que na primeira das três regiões estão os maiores níveis de renda *per capita* do País. Também o Sul e o Centro-Oeste apresentam médias mais elevadas que o Norte e o Nordeste — e a fatia global da renda do Sudeste, Sul e Centro-Oeste (83,9 por cento) é quase 30 por cento maior do que a correspondente fatia populacional (65,5 por cento), como indica a Tabela 1. Pela mesma tabela constata-se também o desnível para baixo do Norte e do Nordeste, os quais, em conjunto, perfazem 16,2 por cento da renda nacional e 34,3 por cento da população.

Essa situação é sancionada, na área das ciências sociais, pelo número de cursos de mestrado e doutorado, pelas matrículas da pós-graduação e pelos efetivos de docentes da graduação e da pós-graduação. Ou seja, como evidencia a Tabela 6, há no Norte e no Nordeste relativamente menos (a) cursos de mestrado e doutorado, (b) alunos matriculados na pós-graduação, (c) professores e pesquisadores em mestrados e doutorados e (d) docentes de graduação do que população. A posição dos indicadores é o oposto no caso do Sudeste, onde há relativamente mais cursos, alunos e mestres. No caso do Sul e do Centro-Oeste, a tendência é de haver maior equilíbrio.

⁶ É de se imaginar, por exemplo, que o desfavorecimento quantitativo do Norte e do Nordeste implique menores possibilidades locais de intercâmbio científico, de formação de clima acadêmico mais estimulante e coisas análogas, que muito influem no aprimoramento da qualidade do trabalho científico.

Assim, claramente — abstraindo-se os aspectos qualitativos, sem dúvida nenhuma importantíssimos nessa discussão,⁶ o panorama da pós-graduação brasileira de ciências sociais coloca o Norte e o Nordeste em posição desprivilegiada, como regiões periféricas, tal e qual acontece em termos de riqueza e renda. A concentração dos doutorados no Sudeste — que detinha até 1980 o monopólio desse treinamento avançado — corrobora tal constatação, inclusive sublinhando um maior destaque do Sul e do Centro-Oeste, nesse particular, a despeito da desvantagem em que essas duas regiões se encontram diante do Sudeste, como se conclui da Tabela 6.

3. RECURSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Um primeiro reparo a fazer no tocante à abordagem da alocação de recursos para a pós-graduação em ciências sociais no Brasil é que inexiste, nas entidades de financiamento do sistema, classificação rigorosa de elementos de despesa, separando no que se consigna a universidade e estabelecimentos isolados, o que é dispêndio para a graduação e o que constitui gastos para mestrados e doutorados. Bolsas de pesquisa como as do CNPq, por exemplo, remuneram docentes que tanto atuam na pós-graduação como na graduação.

Há, contudo, uma natural propensão nas instituições de financiamento a se apoiar o ensino pós-graduado, dando-se preferência, nas decisões para distribuição de recursos, a programas, professores e estudantes ligados aos cursos de mestrado e doutorado. Assim, pode-se acreditar na evidência dos dados disponíveis sobre auxílios do sistema CAPES-CNPq ao ensino superior como indicação segura do que ocorre com a pós-graduação em termos do uso dos recursos financeiros. Seria mais adequado, porém, obter de cada instituição que abriga treinamento pós-graduado a execução do seu orçamento, com indicação precisa dos usos de recursos. Essa tarefa, como se percebe facilmente, tem mínimas possibilidades de êxito num esforço de curto prazo.

Para os fins deste artigo, as informações compiladas provêm do CNPq e da CAPES, e referem-se a apenas alguns dos itens que compõem a lista de fundos aplicados na pós-graduação, como se pode inferir de uma consulta às Tabelas 7, 8, 9 e 10. Tais informações, embora não concirnam somente às ciências sociais, servem efetivamente para caracterizar o que se passa com o tratamento dado às diversas regiões brasileiras a nível de CNPq e CAPES, que é onde se geram as principais iniciativas de estímulo à pós-graduação no País.

A Tabela 7 retrata a distribuição de recursos de fomento como um todo do CNPq em 1981 e a Tabela 10, a origem e o destino, bem como a demanda

social de bolsas da CAPES no País, no total das diversas áreas do conhecimento. As Tabelas 8 e 9, por seu turno, são alusivas especificamente às ciências sociais. Dos números exibidos extrai-se evidência para inferências sobre o cenário de apoio à pós-graduação por regiões, com validade também, feitas as devidas ressalvas, para as ciências sociais. A fim de entender melhor o que cada uma das Tabelas 7 a 10 comunica, elaborou-se a Tabela 11 que, tal como a Tabela 6, sintetiza a realidade desenhada nas tabelas mais analíticas que a precedem.

À primeira vista, a alocação de recursos por regiões seguiria um padrão de desigualdade algo semelhante ao apontado na seção anterior, quanto a número de cursos, professores e alunos, apesar de que, aqui, o destaque é mais para a posição sempre privilegiada do Sudeste, em detrimento do Norte e do Nordeste e também, como mostra a Tabela 11, do Centro-Oeste. Não há, como no caso do número de cursos, professores e alunos de pós-graduação, uma nítida dicotomia entre o Brasil setentrional e o Brasil centro-meridional-ocidental. Existe, sobretudo, a projeção do Sudeste em cima da apropriação de recursos para outras regiões, tendência só contrariada nas concessões de auxílios à pesquisa, quando – os dados são de abril de 1984 (ver Tabela 8) – se registra um esforço de propiciar às regiões periféricas consideração privilegiada.

Resta saber até que ponto esse fenômeno possui caráter episódico, uma vez que ocorre em determinado instante e é categoricamente contrariado pela alocação de recursos para bolsas do CNPq em fevereiro de 1984 (ver Tabela 9), como patenteia a Tabela 11. A propósito, não se trata aí de uma questão de demanda de bolsas concentrada quase só no Sudeste, porquanto a Tabela 9 revela demandas acentuadas do Nordeste e do Sul, com baixíssimas taxas de atendimento em ambos os casos.

Deve-se atentar, é óbvio, para os critérios de concessão de pedidos de bolsa, fixados pelos comitês assessores relevantes do CNPq, e que podem ter penalizado o Nordeste e o Sul. Contudo, sobram inevitavelmente indagações acerca da capacidade do Sudeste de ter 52,2 por cento de seus pedidos com parecer favorável, contra apenas 8,8 e 7,4 por cento no caso do Nordeste e do Sul, respectivamente – para não falar do indeferimento total das solicitações do Norte e do Centro-Oeste, conforme acusa a Tabela 9. Aliás, é curioso comparar a relação concessões/demanda de bolsas (Tabela 9) e de auxílios (Tabela 8) do CNPq, com inegável menor prestígio do Sudeste, verificada quando se trata dos auxílios. Seria isto evidência de uma ação voltada para

neutralizar desníveis inter-regionais? Se é, não decorre de postura assumida no documento-base da ação do CNPq, como é o caso de “avaliação e perspectivas”.⁷

Deve-se assinalar, na Tabela 7, o destaque obtido pelo Nordeste – ao lado do Sudeste – na distribuição total de recursos de fomento do CNPq em 1981. De fato, nesse ano a relação entre a fração que coube à primeira Região nos recursos de fomento e sua fatia populacional foi de 115%, tendo atingido 116% no caso da segunda e 55% tratando-se do Norte, de 55% no do Sul e de 71% no do Centro-Oeste. Todavia, os recursos de fomento não se destinam só à pós-graduação – a exemplo das rubricas “programa de assistência técnica à inovação tecnológica” e “programas regionais” – não se prestando, assim, à avaliação do que acontece em termos do ensino pós-graduado e da pesquisa que lhe acompanha. Mais relevante é o item da Tabela 7 que agrega “auxílio para a pesquisa” e “bolsas de pesquisa”, o qual, como sugere a Tabela 11, tende a pôr o Sudeste no foco de atenções ao lado de posição mais obscura para o Norte.

As bolsas da CAPES no país – de acordo com a Tabela 11 – por sua vez, tendem sobretudo a beneficiar o Sudeste e, mais atrás, o Sul. O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste aparecem em posição bastante secundária, muito embora deva-se registrar que das últimas três regiões procede – como o indica a Tabela 10 – baixa demanda social. No entanto, a demanda conjunta dessas mesmas três regiões representou 16,9 e 17,3 por cento do total em 1978 e 1982, respectivamente, contra um atendimento de 17,0 por cento em 1978 – equivalente, portanto, à demanda – e de apenas 7,5 por cento em 1982. Que teria contribuído para essa redução? No mesmo período, segundo ainda a Tabela 11, a demanda social do Sudeste teve seu atendimento melhorado.

Obviamente, não se podem retirar conclusões dramáticas de uma análise baseada nos dados fragmentários das Tabelas 7 a 10. Mas não se pode, por outro lado, deixar de ensaiar um perfil da distribuição de recursos da pós-graduação em ciências sociais, em bases regionais, a partir dos marcos de referência que os dados consultados sugerem. E esse perfil possui contornos que não são difíceis de perceber. O primeiro deles é a inquestionável primazia do Sudeste no acesso aos recursos desembolsados pelo CNPq e pela CAPES – quer se tome como coordenada de comparação a população regional, quer os efetivos de docentes da pós-graduação, quer o contingente de professores da graduação (ver Tabela 11). Essa primazia só não é constatada quanto aos au-

⁷ CNPq, *op. cit.*, v. 7 e 8.

xílios de pesquisa do CNPq em 1984 (confrontados com o corpo docente e de pesquisadores da pós-graduação em ciências sociais). No mais, é o Sudeste quem absorve, em primeiro lugar, os fundos oficiais de amparo ao desenvolvimento científico do País. Um outro contorno nítido da repartição regional dos recursos do CNPq-CAPES é a baixa importância que se confere no cenário à participação do Norte – tendência negada apenas na concessão de auxílios de pesquisa em 1984. Existe, a seguir, uma zona de pouca visibilidade quanto aos privilégios comparados das demais regiões. Para tentar remover ou diminuir essa falta de visibilidade, somaram-se os valores das relações correspondentes a cada região, expostas na Tabela 11. O resultado oferece o seguinte **ranking**:

Sudeste	1.394 pontos
Sul	714 pontos
Nordeste	643 pontos
Centro-Oeste	615 pontos
Norte	487 pontos

Ainda que numericamente discutível, o perfil acima representa uma medida do tratamento diferenciado e discriminador que a política de ensino e pesquisa em pós-graduação, na área de ciências sociais, adota quanto às diversas regiões brasileiras. Essa discriminação é mais uma peça de todo o arcabouço de tratamento de política de desenvolvimento erigido em bases que, além de não-igualitárias, conduzem a uma exacerbação dos desníveis inter-regionais brasileiros, e fazem com que um habitante do Recife sinta-se mais estrangeiro em São Paulo que em Kuala Lumpur (Malásia) ou Santa Cruz de la Sierra (Bolívia).

TABELA 1

BRASIL

Repartição da População e do Produto Interno por Regiões

– 1980 (em porcentagens)

REGIÕES	POPULAÇÃO	PRODUTO (a)
Norte	4,9	2,3
Nordeste	29,4	13,9
Sudeste	43,3	
Sul	15,9	83,9 (b)
Centro-Oeste	6,3	
Brasil	100,0	100,0

FONTES: População: F. IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, Censo Demográfico.

Produto interno: ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti & CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento Regional no Brasil**. Brasília, IPEA/IPLAN, 1978. p. 20.

NOTAS: (a) Projeções históricas.

(b) Valor correspondente às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste como um todo.

TABELA 2

BRASIL

Cursos de Pós-graduação de Ciências Sociais e Humanas Existentes
em Universidades e Estabelecimentos Isolados, por Regiões
1980/1982

REGIÕES	MESTRADO		DOUTORADO		
	1980	1981	1980	1981	1982
Número					
Norte	1	1	—	—	—
Nordeste	31	32	—	—	1
Sudeste	91	80	18	23	35
Sul	22	23	—	—	2
Centro-Oeste	11	13	—	1	1
Brasil	156	149	18	24	39
Proporção (%)					
Norte	0,6	0,7	—	—	—
Nordeste	19,9	21,5	—	—	2,6
Sudeste	58,3	53,7	100,0	95,8	89,7
Sul	14,1	15,4	—	—	5,1
Centro-Oeste	7,0	8,7	—	4,2	2,6
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: F. IBGE, Anuário estatístico do Brasil, 1982 e 1983.

TABELA 3
BRASIL
Matrículas nos Cursos de Pós-graduação de Ciências Sociais e Humanas
em Universidades e Estabelecimentos Isolados, por Regiões
1980/1982

REGIÕES	MESTRADO		DOUTORADO		
	1980	1981	1980	1981	1982
Número					
Norte	44	20	—	—	—
Nordeste	1.185	1.442	—	—	15
Sudeste	8.769	6.635	453	563	975
Sul	1.195	1.159	—	—	11
Centro-Oeste	418	378	—	4	4
Brasil	11.611	9.634	453	567	1.005
Proporção (%)					
Norte	0,4	0,2	—	—	—
Nordeste	10,2	15,0	—	—	1,5
Sudeste	75,5	68,9	100,0	99,3	97,0
Sul	10,3	12,0	—	—	1,1
Centro-Oeste	3,6	3,9	—	0,7	0,4
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: F. IBGE, *Anuário estatístico do Brasil*, 1982 e 1983.

TABELA 4
BRASIL
Corpo Docente e de Pesquisadores em Cursos de Pós-graduação de Ciências Sociais e Humanas
e de Ciências Sociais Aplicadas, por Regiões
1980 ou 1981 (a)

REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
ÁREAS DE CONHECIMENTO						
Antropologia	17	63	43	29	12	164
Arqueologia	2	24	61	20	8	117
Direito	—	37	160	27	16	240
Filosofia	—	26	109	16	—	151
Psicologia	—	28	206	22	11	267
Administração	—	64	258	56	21	399
Educação (b)	—	(8,4)	(75,5)	(13,6)	(2,6)	(100,0)
Economia	22	48	154	24	29	277
Geografia	—	22	58	—	—	80
Todas (c)	43	312	1.049	194	97	1.695
% c	2,5	18,4	61,9	11,4	5,7	100,0

FONTE: CNPq, *Avaliação e Perspectivas*, Brasília, CNPq/Coordenação Editorial, 1983, v. 7 e 8.

NOTAS: (a) Para algumas áreas, os dados são de 1980; para outras, de 1981. Sobre as seguintes áreas do conhecimento não havia dados disponíveis na fonte consultada: Ciências Política, História, Letras, Lingüística, Sociologia, Demografia e Desenvolvimento Urbano.

(b) Por inexistência de informação sobre docentes e pesquisadores da área de Educação, usaram-se como proxy as de número de alunos, apresentando-se os dados em porcentagens e entre parênteses.

(c) Exclusive Educação.

TABELA 5

BRASIL

Corpo Docente dos Cursos de Graduação em Universidades

e Estabelecimentos Isolados, por Regiões

1982

REGIÕES	NÚMERO	PROPORÇÃO (%)
Norte	3.673	3,0
Nordeste	22.947	18,6
Sudeste	68.845	55,9
Sul	22.214	18,0
Centro-Oeste	5.564	4,5
Brasil	123.243	100,0

FONTE: F. IBGE, Anuário estatístico do Brasil, 1983.

TABELA 6
BRASIL
Posição Relativa à População de Indicadores Seleccionados do Ensino e Pesquisa de Pós-graduação em Ciências Sociais,
por Regiões
1980/1982 (porcentagens) (a)

REGIÕES INDICADORES	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
População	100	100	100	100	100	100
Renda	47	47	128(b)	128(b)	128	100
Cursos						
Mestrado	14	73	124	97	138	100
Doutorado	0	9	207	32	41	100
Alunos						
Mestrado	4	51	159	75	62	100
Doutorado	0	5	224	7	6	100
Docentes e pesquisadores de pós-graduação	51	63	143	72	90	100
Docentes da graduação	61	63	129	113	71	100

FONTES: Tabelas 1 a 5.

NOTAS: (a) Os números desta Tabela expressam a relação entre as proporções de cada indicador, por região, e a correspondente proporção da população regional no todo brasileiro.

(b) Valor correspondente às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste como um todo.

TABELA 7
BRASIL
Distribuição dos Recursos de Fomento do CNPq, por Programas e Regiões
1981

PROGRAMAS	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
Valores absolutos (Cr\$ 1.000)						
Auxílio para pesquisa	7.406	164.188	707.113	105.639	59.234	1.043.580
Bolsas de pesquisa	23.096	180.630	575.113	128.126	13.606	920.571
Cooperação internacional	3.404	6.460	49.974	3.992	5.055	68.885
Programa de assistência técnica à inovação tecnológica	—	28.020	62.566	22.042	—	112.628
Programa editorial	—	300	6.189	898	7.755	15.142
Programas institucionais	11.830	18.376	43.126	22.444	10.100	105.876
Programas regionais	37.901	690.500	—	—	—	728.401
Programas setoriais	9.208	96.503	307.213	22.927	61.987	497.838
Total	92.845	1.184.977	1.751.294	306.068	157.737	3.492.921
Valores relativos (%)						
Auxílios para pesquisa	0,7	15,7	67,8	10,1	5,7	100,0
Bolsas de pesquisa	2,5	19,6	62,5	13,9	1,5	100,0
Cooperação internacional	4,9	9,4	72,5	5,8	7,4	100,0
Programa de assistência técnica à inovação tecnológica	—	24,9	55,5	19,6	—	100,0
Programa editorial	—	2,0	40,9	5,9	51,2	100,0
Programas institucionais	11,2	17,4	40,7	21,2	9,5	100,0
Programas regionais	5,2	94,8	—	—	—	100,0
Programas setoriais	1,8	19,4	61,7	4,6	12,4	100,0
Total	2,7	33,9 (a)	50,1	8,8	4,5	100,0
Auxílio para pesquisa mais bolsas de pesquisa	1,5	17,6	65,3	11,9	3,7	100,0

FONTE: SEPLAN/CNPq. CNPq. Atividades de Fomento 1981. Brasília, Coordenação Editorial, 1982. p. 12.

NOTA: (a) O Programa do Trópico Semi-Árido, pertencente aos Programas Regionais, instituído pelo Decreto n. 74.911, com recursos da ordem de Cr\$ 690.500.000, é responsável por 58 por cento desta parcela.

TABELA 8

Distribuição dos Recursos do CNPq para Auxílio de Pesquisa e de Viagens, para Pesquisadores Visitantes e Realização de Congressos, por Regiões – Resultado da Reunião de Comitês Assessores das Ciências Humanas e Sociais do CNPq de Abril de 1984

(em porcentagens)

REGIÕES	DEMANDA BRUTA	PEDIDOS CONCEDIDOS	CONCESSÕES DEMANDA
Norte	3,4	5,3	32,5
Nordeste	18,3	24,4	27,7
Sudeste	58,4	48,1	17,2
Sul	11,2	12,7	23,6
Centro-Oeste	8,6	9,4	22,7
Brasil	100,0	100,0	100,0

FONTE: CNPq/SDC – Programa de Auxílios.

TABELA 9

Distribuição das Bolsas do CNPq para Iniciação Científica, Aperfeiçoamento, Doutorado e Pós-doutorado, por Regiões – Resultado da Reunião de Comitês Assessores das Ciências Humanas e Sociais do CNPq de Fevereiro de 1984
(em porcentagens)

REGIÕES	DEMANDA BRUTA	PEDIDOS CONCEDIDOS	CONCESSÕES DEMANDA
Norte	7,0	—	0,0
Nordeste	35,3	11,4	8,0
Sudeste	44,6	85,7	52,2
Sul	10,5	2,9	7,4
Centro-Oeste	2,7	—	0,0
Brasil	100,0	100,0	27,1

FONTE: CNPq/SDC – RICCHSF.

TABELA 10

Bolsas da CAPES no País, Segundo a Origem, o Destino e a Demanda Social, por Regiões

1978 e 1982

REGIÕES	NÚMERO		PROPORÇÃO (%)	
	1978	1982	1978	1982
A. Bolsas segundo a origem (a)				
Norte	340	253	9,5	8,0
Nordeste	1.504	1.006	42,2	31,9
Sudeste	590	950	16,5	30,1
Sul	919	720	25,8	22,8
Centro-Oeste	214	223	6,0	7,1
Brasil	3.567	3.152	100,0	100,0
B. Bolsas segundo o destino (b)				
Norte	25	2	0,7	0,1
Nordeste	494	179	13,8	5,7
Sudeste	2.387	2.519	66,9	79,9
Sul	573	398	16,1	12,6
Centro-Oeste	88	54	2,5	1,7
Brasil	3.567	3.152	100,0	100,0
C. Demanda social (c)				
Norte	14	11	0,6	0,3
Nordeste	299,5	431	12,0	13,1
Sudeste	1.706,45	2.318	68,6	70,7
Sul	358,5	388,5	14,4	11,8
Centro-Oeste	107,5	129	4,3	3,9
Brasil	2.485,95	3.277,5	100,0	100,0

FONTE: CAPES.

NOTAS: (a) Região de procedência do bolsista.

(b) Região onde está o curso a ser feito pelo bolsista e onde a bolsa será concedida.

(c) Região de onde provêm os pedidos de bolsa de pós-graduação da CAPES.

TABELA 11
BRASIL
Posição Relativa à População e aos Docentes e Pesquisadores Universitários de Indicadores da Pós-graduação em Ciências Sociais,
por Regiões - 1981/1984 (a) (porcentagens)

REGIÕES INDICADORES	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
População, 1980	100	100	100	100	100	100
Auxílio à pesquisa e bolsas de pesquisa, todas as áreas, 1981	65	60	151	75	59	100
Auxílio de pesquisa, 1984	108	83	111	80	149	100
Bolsas do CNPq, 1984	0	39	198	18	0	100
Bolsas da CAPES no País, todas as áreas, 1978	14	47	154	101	40	100
1982	2	19	184	79	27	100
Corpo docente e de pesquisa- dores, pós-graduação, ciências sociais, 1980/1981	100	100	100	100	100	100
Auxílios de pesquisa, 1984	212	133	78	111	165	100
Bolsas do CNPq, 1984	0	62	138	25	0	100
Corpo docente, ensino superior, 1982	100	100	100	100	100	100
Auxílio à pesquisa e bolsas de pesquisas, 1981	50	95	117	66	82	100
Bolsas da CAPES no País, 1978	23	74	120	89	55	100
1982	3	31	143	70	38	100

FONTES: Tabelas 1, 5 e 7 a 10.

NOTA: (a) Os números desta Tabela expressam a relação entre as proporções de cada indicador, por região, e as correspondentes proporções da população regional e do número de docentes e pesquisadores da região no todo brasileiro.

ABSTRACT: From an exam of the distribution of resources – human and financial – for graduate work in the social sciences in Brazil, one can have a measure of the differentiated way with which the diverse territorial macro-units – the North, the Northeast, the Southeast, the South, and the Center-West – are treated in the country. Using data from *Fundação IBGE*, *CNPq* and *CAPES*, the article reveals that Brazil is indeed a land of contrasts, and imbalances. As a matter of fact, if one takes the demographic basis as a coordinate of reference, it can be noticed that in the North and the Northeast there are relatively less courses leading to a master's degree, less doctorates, less students enrolled in graduate studies, less teachers and researchers in master's and Ph.D.'s programs, and less faculty in general. Meanwhile, in the Southeast, the situation is the opposite, with a balanced picture in the South and the Center-West. As to the distribution of financial resources, the Southeast outstands as a relatively privileged region, while the North is relatively unprotected. Still in the context of financial resources, the South appears behind only the Southeast, and the Northeast and the Center-West are levelled in the third place.

